

Erro atrasa urgência para pacote fiscal

Até as duas horas da madrugada de hoje, o Senado não havia iniciado a sessão para votar o pedido de urgência, apresentado pelos líderes da Aliança Democrática, para o projeto do pacote fiscal, aprovado pela Câmara na forma de substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, votado na madrugada de ontem. Um erro no texto do projeto atrasou o início da sessão, mas o presidente do Senado, José Fragelli, garantiu que o pacote seria votado e os trabalhos prosseguiriam até a decisão final.

O líder do PFL, senador Carlos Chiarelli, garantiu que a Aliança Democrática conseguiria aprovar o pedido de urgência, colocando em plenário os dois terços necessários para votar a proposta. Ao mesmo tempo, o líder do PDS, Murilo Badaró, estava preparando para comandar as manobras de obstrução e prometeu que, em caso de aprovação do pedido de urgência, o seu partido apresentaria emendas ao texto aprovado pela Câmara, o que poderia exigir uma nova votação pelos deputados.

A tramitação do Programa de Mudanças, proposto pelo Governo, começou na sessão das 18h30min, quan-

do o texto foi lido. Mas como o regimento interno do Senado prevê que os senadores dispõem de quatro horas para uma leitura do projeto, nova sessão foi marcada para às 22h30min. Foi aí que surgiu a informação de que o texto encaminhado ao Senado apresentava erros e que teria retornado à gráfica para ser corrigido e a nova sessão foi marcada para as duas horas da madrugada. Vários senadores retornaram às suas residências, onde seriam reconvidados para completar o quórum de 46 votos necessários à aprovação do pedido de urgência para votação do pacote fiscal.

Ontem de manhã, depois de vários dias de obstrução em sua pauta, o Senado retomou suas atividades e aprovou diversos projetos de lei, entre eles o do cadastramento eleitoral, aumento para os servidores do Distrito Federal, direito de sindicalização aos funcionários da Caixa Econômica Federal e fundações mantidas pelo poder público. Foram aprovados também projetos prorrogando por cinco anos os incentivos fiscais para atividades pesqueiras e de isenção do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis.